

CONGRESSO / Após esforço concentrado e aprovação de projetos, Câmara dos Deputados diminui o ritmo, com Motta e outros líderes em evento nos EUA. No Senado, Alcolumbre retorna da China a tempo de conduzir as sessões normalmente



Além da ausência do presidente da Câmara, outro motivo para a falta de pressa dos deputados é o não pagamento das emendas. Apesar de o tema estar pacificado com o STF, questões administrativas travam liberação

Semana de recesso informal

» ISRAEL MEDEIROS

Com apenas dois meses pela frente antes do recesso parlamentar do meio do ano, os deputados ganharam uma semana de folga. O motivo é a viagem do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e de outros líderes partidários a Nova York (EUA). Participarão do Lide Brazil Investment Forum 2025, organizado pelo ex-governador de São Paulo João Doria, com a presença de investidores e empresários brasileiros e norte-americanos. O evento começa amanhã. Motta também participa de outros encontros na cidade.

Depois do esforço concentrado da semana passada, que contou, inclusive, com a instalação da comissão especial da isenção do Imposto de Renda, o “recesso branco” na Câmara terá apenas **homenagens** no plenário. Embora os deputados estejam fora, os gabinetes seguem funcionando e não haverá qualquer desconto nos salários mensais de R\$ 44 mil dos parlamentares.

Além da ausência de Motta, outro motivo para a pouca pressa na Câmara é a falta de pagamento de emendas parlamentares. Apesar de o tema estar pacificado com o Supremo Tribunal Federal (STF), questões administrativas ainda estão travando a liberação. Para 2025, estão reservados R\$ 50,4 bilhões no orçamento para indicações feitas por deputados e senadores. Só quando o governo começar a pagar esses valores — e os remanescentes de 2024, quando o STF bloqueou valores bilionários por falta de transparência —, é que o Congresso vai voltar a funcionar a todo vapor, com a

Sessões solenes

A Câmara vai homenagear nesta semana, por exemplo, o Dia Internacional da Enfermagem, os 35 anos da criação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Procissão do Fogaréu em Goiás, o dia do medicamento genérico e a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDf).

possível aprovação dos temas de interesse do Executivo.

Quanto à oposição, a aprovação, pela Câmara, da suspensão da ação penal contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) esvaziou a caixa de munições da agenda ambiental liderada pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente). Apesar de a exploração na região ser um tema de interesse do Palácio do Planalto (Lula quer repetir o sucesso da descoberta do Pré-Sal, em 2007), quem propôs a frente parlamentar foi o senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), com apoio de outros senadores de oposição.

Para a quinta-feira, por exemplo, está prevista a deliberação sobre um projeto de resolução que institui a Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial, que abrange o litoral do Amapá (estado de Davi Alcolumbre) e do Rio Grande do Norte. Alcolumbre é defensor da exploração no local.

O tema ainda gera disputas internas dentro do governo, já que vai na contramão da agenda ambiental liderada pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente). Apesar de a exploração na região ser um tema de interesse do Palácio do Planalto (Lula quer repetir o sucesso da descoberta do Pré-Sal, em 2007), quem propôs a frente parlamentar foi o senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), com apoio de outros senadores de oposição.

CPI do INSS

Se quando o assunto é anistia, Motta não deve mais nada à oposição, o pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ainda é assunto quente. Motta prometeu, há quase duas semanas, que avaliaria a situação do pedido de CPI depois da instalação de comissões especiais na semana passada. Há outros 12 requerimentos de instalação de CPI que precisam ser avaliados cronologicamente.

Na prática, Motta ganhou mais tempo. Três semanas depois de o escândalo vir a público, o tema começa a perder tração no noticiário político. Ciente do impacto da demora para instalar a CPI, parte da oposição coletou assinaturas para uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

(CPMI), que teria a participação de deputados e senadores, mas desistiu de protocolar o requerimento, mesmo já tendo as assinaturas necessárias, sem dar explicações. Parte disso tem a ver com o fato de Davi Alcolumbre, no Senado, jamais esteve interessado em instalar a CPMI.

Enquanto isso, o governo continua a atuar nos bastidores para tentar evitar que uma CPI ou uma CPMI sejam instaladas. A estratégia é esperar a poeira diminuir e enfatizar que o esquema criminoso só foi investigado porque o presidente Lula deu autonomia às instituições. O próprio Vinicius de Carvalho, ministro

da Controladoria-Geral da União (CGU), órgão de controle do Executivo que ajudou a desbaratar o esquema, foi “recrutado” para participar do esforço de comunicação.

Além de comparecer a reuniões sobre o assunto, também gravou um vídeo, na última semana, que foi amplamente divulgado por aliados do Planalto e publicado nas redes sociais da CGU. “A gente trabalha muito por aqui, sem barulho, sem politicagem. Desde o início deste governo, recebemos a orientação do presidente Lula para que a CGU seja implacável contra qualquer ato de corrupção. É isso que estamos fazendo. É sempre hora de corrigir o que está errado,

com verdade, e com respeito a quem mais precisa. Não é hora de espalhar medo ou mentira”, disse, na ocasião.

O Executivo também anunciou, na última semana, as primeiras medidas para o ressarcimento das vítimas do escândalo do INSS, como o aviso de que ele começa a ser feito ainda neste mês aos aposentados e pensionistas que foram alvo de desvios feitos por criminosos. O governo também tem dito que as vítimas serão pagas com os recursos recuperados dos criminosos, mas ainda não explicou como isso se dará, já que houve lavagem de dinheiro.

Roberto Jefferson deixa a cadeia

O ex-deputado federal Roberto Jefferson deixou, ontem, o hospital onde estava preso e sob cuidados médicos e começou a cumprir pena em regime domiciliar, após autorização concedida pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Jefferson está monitorado por tornozeleira eletrônica.

O equipamento foi devidamente instalado e Jefferson está em casa, segundo informação enviada pela Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) do Rio de Janeiro. O ex-deputado estava internado há cerca de dois anos no Hospital Samaritano, na zona Sul do Rio de Janeiro.

Conforme a decisão, ele terá de permanecer na casa localizada em Comendador Levy Gasparian, cidade de cerca de 9 mil habitantes a 140 quilômetros da capital fluminense.

Além do monitoramento eletrônico, ele teve passaporte suspenso e foi proibido de deixar o país. Também não poderá usar as redes sociais nem conceder entrevistas sem autorização do STF.

Ao permitir a ida de Jefferson para casa, Alexandre de Moraes alegou questão humanitária.

“No atual momento processual, portanto, a compatibilização entre

Reprodução redes sociais



Ex-deputado ganhou o direito à prisão domiciliar humanitária

a Dignidade da Pessoa Humana, o Direito à Saúde e a efetividade da Justiça Penal indica a possibilidade de concessão da prisão domiciliar humanitária a Roberto Jefferson Monteiro Francisco, considerada a sua particular e sensível condição de saúde, amplamente comprovada nos autos”, escreveu o ministro.

Em abril, a 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) concedeu prisão domiciliar a Roberto Jefferson

no processo que envolve o ataque feito por ele a policiais federais, com granada e tiros, durante uma operação, em 2022.

No entanto, havia uma outra ordem de prisão expedida pelo STF que impedia a saída. Na Suprema Corte, ele havia sido condenado a mais de nove anos de prisão, em dezembro, por crimes como calúnia, por acusar o então presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) de prevaricação; e por homofobia, por dizer que os integrantes da comunidade LGBTQIA+ representariam a “demolição moral da família”. A pena fixada foi de nove anos, um mês e cinco dias de prisão.

Antes da nova decisão de Moraes, a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou, na sexta-feira, favoravelmente à troca do regime da prisão com base em relatórios médicos apresentados pela defesa do ex-deputado.

Para a PGR, seria “imperioso reconhecer a inviabilidade de realização do tratamento no âmbito do sistema carcerário”. Portanto, a substituição da prisão seria “necessária, adequada e proporcional”.

O ex-deputado está preso preventivamente desde 2021, com idas e vindas do regime fechado à prisão domiciliar.

PARA SABER
MAIS ACESSE
O QR CODE

**MAIS DE
1,4 milhão
DE REFEIÇÕES TODO MÊS.
ESTE GDF NÃO PARA.**

Lilian Moreira
MORADORA DO
SOL NASCENTE

**Restaurantes
Comunitários**

**3 REFEIÇÕES
POR APENAS
R\$ 2,00.**

**Este GDF construiu
4 novos Restaurantes
Comunitários e reduziu o
valor do almoço para R\$ 1,00.
Também ampliou o atendimento
para o café da manhã e jantar
por R\$ 0,50 em 13 unidades.**

**A pessoa faz todas as refeições
do dia e paga apenas R\$ 2,00.**